

MUDANÇA DE VENTOS: A MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO XX¹

Por Aline Lima Santos²

Introdução

Este artigo resulta de reflexões sobre as quais estamos nos debruçando na pesquisa de mestrado, na qual nos propusemos compreender a migração de brasileiros para Portugal.

Nossa tentativa é a de encontrar os recortes para uma possível compreensão do fenômeno migratório contemporâneo a partir da geografia, sem desprezar, contudo, os debates realizados em outras disciplinas das ciências humanas e sociais. Assim, nos deparamos com temas a serem discutidos tais como a globalização, as possibilidades colocadas pela técnica, o papel do Estado com relação à população, questões que envolvem o território entre outros.

Cabe salientar que o que apresentamos aqui não é algo acabado, mas sim apontamentos para reflexões futuras, as quais provavelmente nos acompanharão por tempo significativo no decorrer da pesquisa.

Discussões sobre globalização: o enfoque da geografia

A palavra globalização pode e, muito frequentemente, é usada para nomear o período atual. Trata-se da designação de um processo que tende a conectar e tornar interdependentes as mais diversas partes do mundo. Não é apenas um processo econômico, mas é multidimensional, manifestando-se, dessa maneira, também na cultura, na política e no espaço.

Este novo contexto da história humana é objeto de investigação nas mais diversas áreas das ciências humanas e sociais. Todas, a partir de seus próprios objetos, tentam dar respostas às crises, inclusive de paradigmas, cujo embrião está no fim da segunda guerra mundial, marco inicial do processo de globalização.

No que se refere às ciências sociais, por exemplo, Beck (1999) afirma que os discursos sempre dão primazia a uma dimensão específica do processo. Assim, apresenta autores como Wallerstein, para quem o capitalismo é o motor da globalização, visão que privilegia a dimensão econômica. Rosenau, Gilpin e Held são citados como autores cujo olhar se volta para a política internacional, assim, dão relevo ao significado da globalização tecnológica e os fatores e pontos de vista político militares. Roberteson, Appadurais, Albrow, Featherstone, Lash e Urry são autores da chamada *cultural theory*, e esforçam-se no sentido de mostrar que a globalização cultural não é sinônimo de homogeneização, cria-se, na realidade a chamada glocalização, fruto da produção de uma riqueza global, uma pobreza local e um capitalismo sem trabalho.

Para alguns autores a globalização é um processo positivo, para outros é negativo. Bhagwati (2004) considera a globalização como benéfica tanto em termos econômicos como sociais. Para esse autor, se nos colocamos contrários à globalização, tentando estancar o processo, os benefícios por ele trazidos serão perdidos. Aceitando,

¹ Eixo temático desejado: **8. Mobilidade da população e identidade cultural**

² Mestranda em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DG – FFLCH – USP). Contato: aline.santos@usp.br

em contrapartida, a globalização enquanto processo vantajoso a todos, pode-se discutir maneiras de melhorá-la e ampliá-la ainda mais, numa velocidade conveniente às especificidades de cada país.

Na contramão, temos autores como Stiglitz (2002), cujo livro intitulado “A globalização e seus malefícios” mostra, dentre outras coisas, os profundos danos econômicos, sociais e políticos sofridos pela Rússia quando de sua adesão à receita do FMI, as quais ditavam estabilização, privatização e liberalização associadas a um tratamento de choque. O autor mostra também que países que respeitaram suas especificidades e necessidades domésticas, como a China e a Polônia, exemplificam experiências alternativas e de sucesso na busca pela inserção no mundo globalizado.

Nosso pensamento tende alinhar-se mais com a última visão. É possível sermos contrários à globalização tal como está posta a fim de, então, buscarmos uma outra globalização. Em diversos momentos Bhagwati (2004) utiliza exemplos que demonstram tacitamente a inserção desigual dos países nesse processo. Uns têm mais poder de impor políticas que beneficiam interesses internos, prejudicando os demais.

Este fato nos permite inferir que Aron (1976) ainda oferece elementos explicativos coerentes para explicar a realidade atual. Conforme este autor o sistema internacional é constituído por unidades políticas em competição e sua estrutura é oligopólica, há, portanto, uma configuração de relação de forças que formam uma hierarquia. A globalização ainda não conseguiu romper essa assertiva, contrariando a idéia difundida por McLuhan de “aldeia global”, pois está a serviço de poucos, os quais se empenham em levá-la a cabo. Como notou Bacelar (2008):

“o comando do processo está na tríade Estados Unidos – Japão – União Européia. Então, ao contrário do que muitas vezes se afirma, os grandes condutores do processo têm nome e endereço. E, neste ponto, não se trata mais apenas dos conglomerados transnacionais, mas também dos países a eles associados – países que detêm o maior peso relativo nas decisões tomadas no cenário mundial” (p.9).

Muitos autores denominam o período atual como pós-modernidade. Para eles, o advento desta nova fase veio acompanhado de muitos fins: o fim da modernidade, fim do Estado nação, fim das classes sociais, o fim da própria história, o fim da geografia, conforme aponta Haesbaert (2004) mencionando autores como Lyotard, Ohmae, Guehenno, Drucker, Fukuyama, Virilio, dentre outros.

Como característica fundamental da globalização há o aumento do fluxo de capitais, de comércio, de pessoas e de idéias. Isso foi permitido por e, ao mesmo tempo, propulsor de um gigantesco avanço tecnológico tanto nos meios de transporte como nos meios de comunicação.

No que se refere às telecomunicações, Schiller (2002) nos mostra a importância da ação dos Estados Unidos e suas empresas multinacionais no sentido de dismantelar o controle nacional desse sistema técnico a fim de torná-lo subserviente a uma produção que se tornava transnacional. Estas ações, levadas a cabo mediante projetos neoliberais, culminaram na interligação do mundo tal como conhecemos hoje.

Já no tocante aos meios de transporte a clássica figura apresentada por Harvey (1992) em seu livro “A condição pós-moderna” nos oferece a dimensão dos avanços. Até meados do século XIX, a velocidade das carruagens e dos barcos a vela permitiam aos seres humanos viagens que atingiam a velocidade de 16 km/h, pouco mais de um

século depois, passando por inovações como as locomotivas e barcos a vapor (100 km/h e 57 km/h respectivamente) e jatos de passageiros (480 a 640 km/h), os jatos de passageiros atingem, na década de 1960, de 800 a 1100km/h. A esse aumento da velocidade alguns passaram a associar a metáfora de que o mundo teria encolhido, de que o espaço não teria mais relevância e que por isso, a geografia não fazia mais sentido.

O desenrolar do processo, todavia, tem evidenciado que exageros, anacronismos e alguns equívocos foram cometidos nessas interpretações. Essas discussões tiveram repercussões na Geografia, que nos interessa especialmente.

A geografia também busca entender a globalização, contudo a partir de suas manifestações espaciais. Assim, há um esforço por parte de muitos geógrafos no sentido de renovação epistemológica, a fim de dar conta dos novos desafios imposto pela realidade.

Partilhamos da idéia que considera o espaço geográfico enquanto uma instância da sociedade, tais como a política, a economia, a cultura. Nossa posição alinha-se à proposta de Santos (1985), segundo o qual *“como instância, ele (o espaço geográfico) contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas contém e é por ele contida. (...) Isso quer dizer que a essência do espaço é social”* (p. 2). O espaço geográfico, assim visto, não é meramente palco ou receptáculo das ações humanas, não é apenas materialidade. Trata-se, pois, da materialidade em seu movimento, em seu dinamismo, conferido pela sociedade. Por conseguinte, ele possui um papel ativo e no atual período ele torna-se mais espesso.

A idéia de que a geografia perde importância no contexto atual é proveniente de uma visão problemática que confunde espaço como simples e genérica dimensão material da realidade, porém, mesmo nessa visão é praticamente cegueira não verificar conforme Haesbaert (2004), que:

“não faltam processos que reenfazem uma base geográfica material, a começar pelos que envolvem questões ecológicas (desflorestamento, erosão, poluição, efeito estufa) e de acesso a novos recursos naturais (como aqueles ligados à biodiversidade), questões ditas demográficas e de difusão de epidemias, questões de fronteiras e controle de acessibilidade (como os fluxos migratórios), novas lutas nacional-regionalistas de forte base territorial etc” (p. 25).

Afirmamos, juntamente com Bacelar (2008), que o espaço geográfico é reorganizado pelo processo de globalização. As virtudes dos lugares definem sua inserção no mundo globalizado, como afirma a autora:

“Os agentes globais, que comandam o processo, escolhem os lugares em função do cruzamento de duas variáveis. Seus próprios objetivos e os atributos dos lugares. É por isso que ao contrário do que a palavra sugere, a globalização é um processo seletivo, gerador de desigualdade. Os agentes que realmente decidem abrem o mapa-múndi e escolhem onde vão crescer, onde vão se consorciar, de onde vão sair: a escolha é deles de acordo com seus objetivos estratégicos e dos atributos de cada território. Eles vão para determinados lugares e não vão para outros. Há lugares muito engatados na dinâmica global e outros bem menos. A

globalização, portanto, é um processo que não anula as hierarquias, mas as recria” (p.9).

A análise dos conteúdos técnicos do espaço geográfico é de grande eficiência para se compreender o processo atual de globalização. As técnicas atuais não se encontram difundidas de maneira homogênea. Sua difusão se dá seletivamente, portanto, de maneira dependente de vontades políticas.

Enquanto fruto de decisões políticas o conteúdo técnico do espaço expressa que a globalização afeta diferentemente os diversos atores sociais nos territórios. Essas diferenças, que muitas vezes resultam em desigualdades, provém de alguns aspectos da Terceira Revolução Industrial. Mourão (2005) nos oferece uma listagem, evidentemente não acabada, de características que diferenciam essa revolução das anteriores. A partir delas inferimos que as técnicas altamente poupadoras de mão-de-obra associadas à difusão de grandes corporações pelos países pobres, acirrou nesses a grande massa de despossuídos e fez a classe média perder poder aquisitivo. Ao mesmo tempo, o setor de serviços ganhou importância sem precedentes, tanto o altamente qualificado, que alguns denominam como quaternário, como o trabalho informal que abriga os trabalhadores com baixa ou nenhuma formação e qualificação, são os que estão preocupados com a sobrevivência.

Essa desigualdade social e concentração de riquezas é ainda mais perversa quando se leva em conta a primazia do consumo, alimentada pela creditização no caso dos mais pobres. O marketing e a propaganda difundem um ideal de vida pautado na assertiva de que ter é ser e disseminam padrões que não é possível para todos. Na busca desenfreada pelo lucro, as grandes empresas deixam custo social para os Estados, conforme afirma Beck (1999), os quais se encontram enfraquecidos.

Esses são elementos importantes na compreensão dos fluxos migratórios internacionais contemporâneos. É nesse contexto que há um aumento significativo do fluxo de pessoas, tema este de extrema importância para compreensão do mundo atual. Ela resulta das desigualdades produzidas pela globalização e, contraditoriamente, é um problema a ser enfrentado pelos Estados nacionais que muitos autores das ciências humanas e sociais haviam decretado estarem mortos.

Parece ganhar relevância no mundo atual a interação, praticamente direta, entre o global e o local. A mediação do Estado fica enfraquecida. Contudo, ao mesmo tempo esse é chamado para normatizações, regulações. Assim, o aumento dos fluxos é acompanhado pelo aumento da normatização do espaço geográfico. As Grandes Corporações, os Estados Nacionais, os organismos internacionais, as ongs, esforçam-se no sentido de regular, permitir, restringir, controlar, normatizar os fluxos, de acordo com seus interesses particulares, evidenciando camadas sobrepostas de poder. Nesse sentido, o Estado nacional busca na multilateralização a manutenção de sua soberania.

Por conseguinte, no contexto da globalização há transformação da lógica política, tanto no plano doméstico de um país, como no plano internacional. A fixidez do que é política para o plano doméstico e do que é política para o plano internacional já não faz muito sentido. Muitas questões políticas envolvem, para sua solução, cooperação e coordenação entre Estados, dentre estas questões, destacam-se aquelas referentes ao fenômeno das migrações internacionais.

A migração de brasileiros para Portugal: contexto e desafios

As migrações internacionais contemporâneas são dotadas de um importante conteúdo político que envolve novos atores internacionais e novas dinâmicas do espaço geográfico. O Pacto Europeu de Imigração evidencia esse fato. Aprovado em 17 de junho de 2008 pelo Conselho Europeu, o pacto em questão propõe a adoção, por parte dos membros, de critérios comuns no que se referem à imigração e fecha o cerco aos imigrantes ilegais na Europa. Segundo estimativas os ilegais somam oito milhões de pessoas em todo o continente, dentre as quais 800 mil são brasileiras.

Ao que parece o pacto é uma resposta a crise econômica que se desenhava no continente europeu. O aumento da insegurança social, o aumento do número de pobres e o desaquecimento da economia fazem com que o imigrante seja visto como culpado e ameaçador. Assim, a Europa reserva-se o direito de escolher quem é bem vindo e quem não é. Privilegia-se, portanto, a entrada de trabalhadores altamente qualificados, restringindo a entrada dos demais. Ganha importância, então a entrada de “cérebros”, o que confirma mais uma característica do período, a primazia do trabalho intelectual.

Evidentemente, as desigualdades sociais e econômicas não são únicas propulsoras da migração. Há diversos outros elementos que passam pela cultura, pela vontade individual, pelas guerras, desastres naturais, etc, aliás, estes elementos muitas vezes encontram-se imbricados. Como nosso objetivo específico é compreender as migrações de brasileiros para Portugal, nossa tarefa é a de perceber a relação entre esses elementos, privilegiando os aspectos sócio-econômicos sem perder de vista, contudo a totalidade.

Quando discutimos o Brasil e as migrações internacionais devemos levar em consideração que até o fim da década de 1930 o país recebeu uma grande quantidade de migrantes, principalmente europeus e asiáticos (japoneses), com incentivo do Estado. O período imediatamente pós segunda guerra é marcado por migrações internas, tanto inter-regional, como rural-urbana. E, a partir da década de 1980 é crescente o número de brasileiros que saem do país em busca de ascensão social (Reis, 1999).

As migrações são seletivas. Como afirma Trewartha (1974), “*as migrações são específicas e particulares a certos continentes, países, regiões, localidades e cidades*” (p.166). Além disso, “*certos elementos da população tendem a ser mais migratórios que outros*” (p.167). Os fluxos de brasileiros manifestam essa lógica de seletividade.

Os atuais fluxos migratórios que partem do Brasil possuem como principais destinos, em termos numéricos, os Estados Unidos, seguidos pela Europa (principalmente Portugal, Espanha, Itália), o Japão e países fronteiriços do Brasil, especialmente o Paraguai, Bolívia, Suriname e Guiana Francesa, em ordem decrescente. Há, portanto, de maneira geral, dois grandes vetores, um dirigido aos países do norte, mais ricos, e outro dirigido aos países vizinhos, mais pobres.

Sobre as características gerais das pessoas que saem do país, cabe mencionar aquilo divulgado pelo IPEA nas primeiras análises da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio referente ao ano de 2007. Verifica-se, no Brasil, que a faixa etária de 15 a 29 anos é atingida por uma taxa de desemprego na casa dos 14%, taxa três vezes superior a verificada entre os adultos. É justamente nela que se encontra a maior incidência de emigrantes. Os fluxos são formados principalmente por homens jovens, de 20 a 35 anos.

Contudo, é cada vez maior o número de mulheres que emigram, dentre outros motivos isso deriva tanto da reunificação familiar, quanto da maior possibilidade de engajamento da força de trabalho da mulher nos países ricos em atividades domésticas e cuidados com crianças e idosos. Cabe lembrar que, de maneira geral, verificamos nos países do norte a forte presença das mulheres no mercado de trabalho e o envelhecimento da população.

Portugal, principal receptor de brasileiros que vão para a Europa, assiste, como o Brasil, a uma alteração de seu padrão migratório, passando a receber importantes levas de migrantes, principalmente de suas ex-colônias e de países do Leste-Europeu.

Há nesse país um rápido crescimento da comunidade brasileira, a qual, na década de 1980, sai da insignificância e torna-se, na década seguinte, a segunda maior dentre as demais comunidades estrangeiras aí presentes. Em 2005, conforme divulgado pela Agência Lusa, os brasileiros eram o maior grupo de estrangeiros em território português (70.400 pessoas), ultrapassando os cabo-verdianos (69.600) que mantinham a liderança até então³.

Brasil e Portugal são dois países caracterizados por mudanças em seus padrões tradicionais relativos à imigração e a emigração. A migração do Brasil para Portugal reflete e significa, na realidade, alteração de suas estruturas tanto internas quanto externas.

Na década de 1980, identificamos elementos explicativos destas modificações em ambos os países. No Brasil, essa década foi marcada por instabilidade política, crises econômicas e muitos problemas sociais que só foram começar a ser superados na década seguinte. Esta conjuntura acabou por constituir-se num importante motivador da emigração, que atualmente, segundo o Ministério de Relações Exteriores, é a condição de cerca de 2,6 milhões de brasileiros. Cabe salientar, porém, que esse é um dado oficial, não se sabe o número de brasileiros clandestinos no exterior.

Concomitantemente, em 1986, Portugal entra na atualmente chamada União Européia, o que lhe conferiu grandes perspectivas e possibilidades de desenvolvimento econômico. A partir de então, esse país passa a receber investimentos europeus, levando a uma internacionalização de sua economia, fato que permitiu também, investimentos maiores no Brasil, resultando numa reaproximação com sua ex-colônia. É justamente nessa conjuntura que o número de brasileiros vivendo em território português se intensifica.

³ Disponível em 30/03/2008 no site da Agência Lusa, www.agencialusa.com.br/index.php?iden=10458

Tabela 1: Evolução do número de brasileiros com autorização de residência (A. R.) em Portugal no período de 1980 a 2000.

Ano	Brasileiros com A. R.		Total de estrangeiros	
	Números absolutos	Números relativos (%)	Números absolutos	Números Relativos (%)
1980	3.608	6,21	58.091	100
1981	4 349	6,93	62 692	100
1982	5 016	7,35	68 153	100
1983	5 870	7,42	79 015	100
1984	6 316	7,05	89 625	100
1985	6.804	8,55	79.594	100
1986	7 470	8,58	86 982	100
1987	7830	8,72	89 778	100
1988	9 333	9,85	94 694	100
1989	10 520	10,41	101 011	100
1990	11.413	10,59	107.767	100
1991	12 678	11,12	113 978	100
1992	14 158	11,45	123 612	100
1993	16 168	11,80	136 932	100
1994	18 612	11,85	157 073	100
1995	19.901	11,82	168.316	100
1996	20 082	11,61	172 912	100
1997	19 990	11,40	175 263	100
1998	19769	11,12	177 774	100
1999	20851	10,94	190 896	100
2000	22.222	10,62	209.102	100

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Organizado por SANTOS, Aline Lima a partir dos dados disponíveis em VIANNA, Carlos. **A comunidade brasileira em Portugal.** Disponível em 05/02/2008 no site www.casadobrasilemlisboa.com.pt.

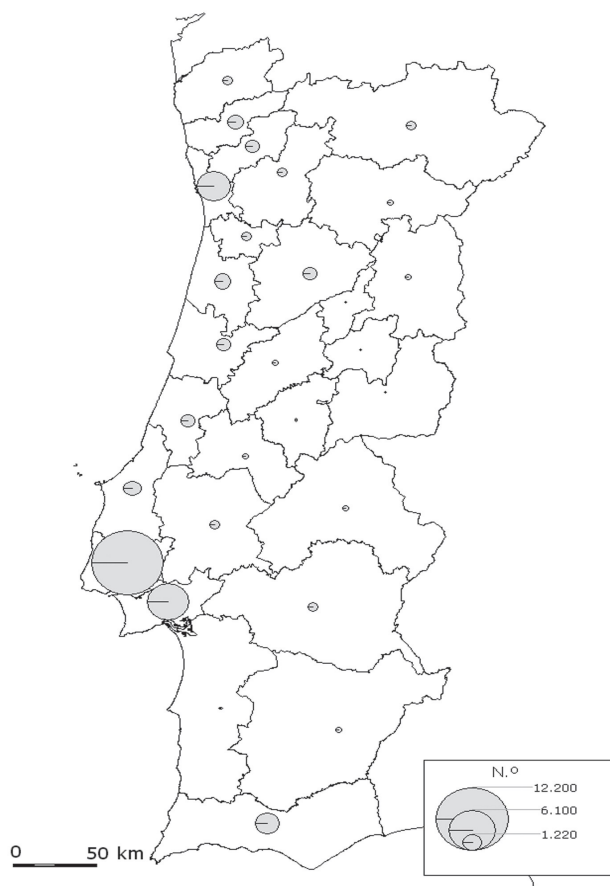
Percebe-se na tabela 01 a queda da participação de brasileiros no total de estrangeiros com autorização de residência em Portugal a partir de 1994. É possível inferir com base nesses dados a relação direta entre situação econômica e política brasileira e emigração.

Em 1994, a estabilidade econômica trazida pelo Plano Real diminuiu o ritmo da emigração para Portugal e incentivou o retorno de migrantes, levando a uma diminuição da comunidade brasileira de 1996 a 1998. Em 1999, uma crise cambial e o crescimento do desemprego deram um novo fôlego para esse fluxo, fazendo crescer novamente a participação do grupo de brasileiros no total de estrangeiros. Atualmente, mais de 11% dos estrangeiros residentes em território português são brasileiros⁴.

É importante salientar que os brasileiros encontram-se concentrados nas grandes cidades das regiões de Lisboa, Centro (Aveiro e Coimbra) e Norte (Porto e Braga), conforme é possível observar no mapa a seguir. Esse fato encontra-se em conformidade com a idéia de que quanto maior a concentração de capital em uma área, maior será sua capacidade de atrair pessoas.

⁴ Disponível em 30/03/2008 no site da Agência Lusa, www.agencialusa.com.br/index.php?iden=10458

Mapa 1: Portugal - Número de Residentes de Nacionalidade Brasileira, 2001.



Fonte: INE – Censos 2001. Mapa disponível em FONSECA, Maria Lucinda (et. alli.). **Reunificação Familiar e Imigração em Portugal.** Lisboa: Observatório da Imigração, 2005. p. 95

Porém, não sendo Portugal a principal potência econômica européia, que fatores explicariam esse país constituir-se no principal destino de brasileiros que vão para a Europa? Evidencia-se, assim que o fator econômico é insuficiente, embora importante, para explicar as migrações internacionais. Assim, destacamos a língua, os acordos bilaterais e a criação de redes sociais, dentre outros elementos que auxiliam na compreensão desta escolha.

A língua e a proximidade cultural entre país de origem e destino é um facilitador das dificuldades a serem transpostas pelos migrantes em seu cotidiano. Assim, pode ser eleita como um dos condicionantes deste importante fluxo de brasileiros para a Europa.

Os meios de comunicação atuais permitem o conhecimento do mundo e a difusão de informações. Como consequência a criação de redes sociais é facilitada pelo aparato técnico e constitui-se numa segurança aos migrantes. Conforme assinala Povoas Neto (2007), *“tudo parece indicar que na conjuntura de crise, as relações sociais primárias tendem a representar um apoio ainda mais fundamental àqueles que buscam se estabelecer em um dado lugar ou se encontram de passagem”* (p.55) Assim, laços de parentesco, de amizade e solidariedade também são elementos importantes para o entendimento do fluxo em questão.

No que se refere aos acordos bilaterais, é importante considerar que até 1991 os brasileiros e os estrangeiros oriundos dos Países Africanos de Língua Portuguesa – PALOP – não sofriam nenhuma restrição de entrada em território português. Após 1991, porém, Portugal adere ao Acordo Schengen, que regula a livre circulação de pessoas no espaço comunitário europeu, passando, em consequência, a controlar a entrada de imigrantes no interior de suas fronteiras (Santos [b], 2004).

Ainda assim, os brasileiros possuíam uma posição vantajosa, pois podiam entrar e permanecer em território português sem visto durante seis meses em virtude do Acordo de Supressão de Vistos, da década de 1960. Mesmo após o Acordo Schengen de 1991, essa medida continuou em vigor. Em virtude dessas facilidades, cria-se em alguns brasileiros a ilusão de que Portugal pode oferecer uma melhor condição de vida e que pode servir como porta de entrada para a Europa.

Porém o cerco está se fechando, o número de brasileiros em Portugal pode apresentar significativa variação, tanto aumentando como diminuindo, dependendo dos interesses manifestados por Portugal e sua maneira de lidar com o atual Pacto de imigração europeu. Os países membros da União Européia terão dois anos para acatá-lo e traduzi-lo para a língua nacional. Resta saber se Portugal decidirá conciliar os acordos existentes com o Brasil ou se seguirá cegamente aquilo ditado pelo Bloco.

Outra característica de seletividade presente no fluxo por nós analisado refere-se ao fato de que emigração de brasileiros atinge principalmente a classe média. No caso da sociedade brasileira, a ida para outro país não é uma migração de pobres. Quem emigra são pessoas da classe média, em situação de empobrecimento. Assim, a posição social do indivíduo na sociedade o oferece a opção da migração internacional.

Conforme Klagsbrunn (2008), a crise enfrentada pelo país na década de 1980 atingiu duramente a classe média, que conheceu um período de redução de salários e desemprego. Mesmo com o Plano Real, em 1994, que obteve êxito no controle da inflação, não houve melhoria nas condições dessa camada da sociedade, pelo contrário, houve retração inicial e perda de rendimentos. A falta de perspectiva de melhoria levou a busca por melhoria de condições de vida fora do país.

As migrações internacionais, contudo, não são apenas interessantes aos indivíduos, elas podem também trazer vantagens aos países envolvidos. No que se refere ao país de emigração, a saída de pessoas pode significar o alívio de pressões sociais. A falta de emprego e os custos de apoio aos desempregados são diminuídos, soma-se a isto o benefício do investimento realizado pelos migrantes no país de origem (Rocha-Trindade, 1995). Sob esta perspectiva, podemos nos questionar, em nosso tema específico, até que ponto a saída de pessoas do Brasil é interessante para o mesmo. Na outra ponta do processo, em que interessa a Portugal receber imigrantes brasileiros?

As remessas enviadas pelos migrantes podem ajudar na reflexão sobre isso. Segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – as remessas enviadas ao Brasil chegaram à US\$7,4 bilhões em 2007. Segundo Meihy, citado por Ferreira (2007), o envio de dólares pelos emigrantes brasileiros chega a representar nossa terceira maior fonte de divisas externas. É evidente, portanto, que a saída de brasileiros de seu país colabora para o alívio de pressões exercidas no campo econômico e no que se refere ao descontentamento social, assim, há, por parte do Estado, menos gastos e mais ganhos.

Já no que tange a Portugal, o envelhecimento de sua população pode nos dar indícios da importância de receber os imigrantes. Os estudos do Instituto Nacional de Estatística Português (INE) nos mostram que, no período de 1990 a 2006, a população

com 80 anos e mais de idade aumentou 35% e a tendência de envelhecimento permanece. Projeções indicam que nos próximos vinte e cinco anos o número de idosos poderá mais que duplicar o número de jovens.

Ao que parece, portanto, os emigrados continuam sendo um importante recurso para o Brasil, ainda que fora dos seus limites territoriais, ao passo que os imigrantes são também recurso em Portugal. Dessa maneira, trata-se de uma população servindo aos interesses de dois países. Questionamos de qual deles deve vir uma contrapartida quando a discussão leva em conta as necessidades desses migrantes.

A realidade aponta que, em virtude da complexidade do mundo atual, não é mais possível esperar apenas do Estado-nação o solucionamento dos problemas colocados pelas migrações internacionais. Estamos diante de redes sociais presentes nos territórios as quais são organizadas espontaneamente, sem interferência estatal, o que é faz saltar aos olhos a existência de uma sociedade transnacional. Porém, em diferentes momentos, essas redes chamam os Estados a apresentar soluções normativas que assegurem acesso aos direitos básicos de cidadania.

Países de origem e de destino são convocados a relacionar-se politicamente a fim de responder tais demandas, pois não é possível que o Estado responda a certas necessidades isoladamente. Impõem-se, dessa maneira, uma organização do Estado também em rede:

“O Estado que denomino Estado-rede se caracteriza por compartilhar a autoridade (ou seja, a capacidade institucional de impor uma decisão) através de uma série de instituições (...). Assim, o Estado-nação se articula cotidianamente na tomada de decisões com instituições supranacionais de distintos tipos e em diversos âmbitos (...) Também funcionam em rede, nessa mesma rede, instituições regionais, locais. E inclusive, cada vez mais, dela participam organizações não-governamentais” (CASTELLS, 2001: p.164)

Há, portanto, uma redefinição do Estado no período atual, o que obriga a revisão do território e da população. Ao território, tradicionalmente, partilhou-se a idéia de posse, de controle, o qual era exercido por um Estado, cuja função seria a de zelar pelo grupo. O território seria, sob esse ponto de vista, a própria expressão física do Estado. Além disso, o conceito referia-se a continuidade, contigüidade, existência de fronteiras e limites, dentro das quais a coesão seria mantida pela atuação estatal. Já no que refere à população, esta, conforme Raffestin (1993) é a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações, é recurso e, por isso, é alvo de decisões que interessam ao Estado.

Atualmente, o aumento das migrações internacionais e a existência de diferentes atores políticos são alguns elementos que redefinem o território. Esse passa a ser multiescalar e multidimensional, trata-se de um território reticular, ou, ainda, um território das verticalidades. Fato que implica numa maior complexidade dos territórios nacionais e da figura estatal, não em seu desaparecimento como muitos autores já sugeriram. Os fluxos migratórios atuais evidenciam, portanto, que a relação população, território e Estado ainda é uma discussão fundamental para a Geografia.

Considerações Finais

O Estado brasileiro já percebeu a importância do conhecimento relacionado à parte de sua população compartilhada com outros países. É o que demonstra a realização da I conferência das comunidades brasileiras no exterior: “Os Brasileiros no Mundo”, promovida pelo Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre Gusmão em julho de 2008. A iniciativa está associada à idéia de se buscar um diálogo entre os representantes das comunidades brasileiras no mundo com o Estado a fim de suprir necessidades e demandas e conhecer as características dos emigrantes. Dentre os temas debatidos encontram-se a melhoria nas condições de atendimento nos Consulados, questões referentes à previdência, o acesso à educação para os filhos dos emigrantes, a indocumentação.

Os fluxos migratórios atuais expressam contradições no bojo da globalização. Ao mesmo tempo em que demonstram a fragilidade do Estado nacional, reiteram sua importância, lhes oferecendo possibilidade de fortalecimento. Na mesma direção, demonstra que o território tal como era entendido como em termos políticos não é suficiente para a compreensão da ação do Estado, pois está imbuído de redes.

Há, efetivamente, hoje a emergência clara de uma sociedade transnacional. Junto a ela, parece se formular uma idéia de humanidade que se manifesta nos Direitos Humanos, nas questões ambientais, etc. Tal consciência surge da percepção de que a humanidade é auto-destrutiva.

A construção de um federalismo transnacional, de uma multilateralização, conforme aponta Beck (1999), se coloca como possibilidade. As ressalvas de Aron, contudo, são convenientes, a consciência tribal parece, ainda, mais forte que a consciência humana. É o que demonstra o tratamento dado pela União Européia às migrações atualmente. Não seria uma coordenação política entre os países a melhor maneira de impor-se no cenário mundial? O presente parece sugerir isso. Nesse sentido, o Brasil, assim como os demais países latino-americanos possuem um papel fundamental no sentido de estabelecer um debate sobre as migrações de maneira a evitar sua associação a temas relacionados com a segurança, criminalidade, terrorismo.

Finalmente, o efeito politizante da globalização já se mostra evidente. Convém que busquemos o caminho para sua superação. Mediante as possibilidades que o próprio período oferece. Se não colocarmos a globalização como um dado, inevitável, é possível compreendermos que ela é resultado da história e das próprias decisões humanas. Assim, enquanto criação, ela pode ser dirigida e transformada de acordo com um projeto que não se restrinja a menor parcela da população mundial. Fica para nós a proposta que é, a uma vez, utopia e desafio.

Bibliografia Utilizada

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entra as Nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. pp. 101 – 145, 697 – 706.

Bacelar, Tânia. **Globalização e Território** In Le Monde Diplomatique Brasil. Ano I / número 11 / junho de 2008, pp.8-10.

BECK, Ulrich **O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 51-119 e pp. 225-268.

BHAGWATI, Jagdish N. **Em defesa da globalização: como a globalização está ajudando ricos e pobres**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. pp.31-38, 223-295.

CASTELLS, Manuel, **“Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação”** In PEREIRA, Luiz Carlos Bresse (et. alli.) (orgs). Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Editora Unesp, Enap e Imprensa Oficial.

FERREIRA, Ricardo Hirata. **Migrações Internacionais: Brasil ou Japão. O movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo**. Tese de doutorado apresentado ao DG/ FFLCH/USP, 2007.

FONSECA, Maria Lucinda (et. alli.). **Reunificação Familiar e Imigração em Portugal**. Lisboa: Observatório da Imigração, 2005. p. 95

HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

IPEA. **PNAD 2006. Primeiras Análises. demografia, educação, trabalho, desigualdade de renda e pobreza**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro, 2007.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo **“A migração internacional de brasileiros para os países desenvolvidos após o 11/9/2001. Condicionantes e perspectivas diante de mudanças nas relações internacionais e nos mercados de trabalho brasileiro e dos países desenvolvidos”** In I Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior. Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre Gusmão, Julho de 2008.

MOURÃO, Fernando A. A. **“Alca – Mercosul: um discurso desfocado”** In CASELLA, Paulo Borba e SANCHEZ, Rodrigo Elian (coords.). Quem tem medo da ALCA? Belo Horizonte: Del Rey, 2005, pp. 349-396.

POVOA NETO, Helion. **“Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise”** In HEIDEMANN, Heinz Dieter & SILVA,

Sidney Antonio da (orgs.) Coletânea de textos do Simpósio Internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Editora Humanitas, 2007. pp. 45-56.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993

REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. **Cenas do Brasil Migrante**. Campinas: Boitempo, 1999

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS [b], Vanda. **O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 a actualidade**. Porto: Observatório da Imigração, 2004.

Sene, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHILLER, Dan. **A globalização e as novas tecnologias**. Lisboa: Editorial Presença, 2001, pp. 58-111.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002, pp.209 – 239.

TREWARTHA, Glenn. **Geografia da População (Padrão Mundial)**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1969